

A estratégia da invisibilidade em *O Dia*

Contribuição para o estudo do pseudônimo

BEATRIZ MAROCCO

Professora
Unisinos
PPGCC

bmarocco@unisinos.br

NILSÂNGELA CARDOSO LIMA

Doutoranda
Unisinos/UFPI

nilcardoso@gmail.com

KARINE MOURA VIEIRA

Doutoranda
Unisinos

karinemourav@gmail.com



invisibilidade é uma das arestas da autoria jornalística. Até meados do século XX, o jornalista abdicou da autoria, sob o signo da objetividade. Nesta posição, deu autoridade às fontes, citações e provas. Já sob identidade, real ou falsa, no mesmo período, o jornalista se manteve à sombra do projeto editorial e do contrato fiduciário entre as mídias e os seus leitores. Mais recentemente, o reconhecimento formal do autor com a assinatura dos materiais jornalísticos se tornou um dispositivo que refrata a objetividade ao relacionar a identidade à possibilidade de revelar na notícia efeitos de sentido dos valores pessoais do jornalista.

Poder-se-ia reconhecer na autoria jornalística e, por antonomásia, na assinatura, um lugar singular: não se trata, seguramente, de um autor nos moldes da literatura. No caso do jornalismo, o suporte do coletivo no processo de produção das notícias é uma necessidade da prática, onde o trabalho do repórter não se constitui sozinho, mas na articulação com outros produtores, editores, revisores. Porém, para o leitor essa perspectiva não se dá de forma clara, já que a referência sobre a matéria está na assinatura do repórter. Ao refletir sobre *o que é um autor?* Foucault, mesmo sem referir-se ao jornalismo, vinculou a autoria à consistência da prática coletiva, no conceito de “função-autor”, um lugar vazio, que será ocupada por indivíduos diferentes, que não podem ser considerados como o fundamento originário e único da autoridade dos escritos.

Pour citer cet article

Référence électronique

Beatriz Marocco, Nilsângela Cardoso Lima, Karine Moura Vieira, « A estratégia da invisibilidade em *O Dia*. Contribuição para o estudo do pseudônimo », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne], Vol 3, n° 1 - 2014, mis en ligne le 15 avril 2014. URL: <http://surlejournalisme.com/rev>

Nos estudos literários, o autor é percebido a partir da posição que assume no discurso em diferentes instâncias e nuances, em uma perspectiva relacional. Bakhtin (1992), por exemplo, trabalha o “autor-criador” distinguindo do “autor-pessoa” e a questão do dialogismo na qual a existência do “eu” pressupõe um diálogo com os outros e sem os quais não se pode definir como tal. Barthes (1968) discorre sobre o desaparecimento do autor, propondo a sua morte, com base na ideia de que a escrita anula a voz que a escreve e a narrativa se constitui como obra na leitura, ou seja, a partir do leitor. Para Barthes, autor e leitor estão equiparados na configuração do texto, são produtores do mesmo e, portanto, escritores. “[...] sabemos que, para devolver à escritura o seu futuro, é preciso inverter o mito: o nascimento do leitor deve pagar-se com a morte do autor” (Barthes, 1968: 70). Retomando a perspectiva de Foucault (2001), as noções de autoria de Barthes (1968) e Bakhtin (1992) podem ser vistas como perspectivas do conceito de função-autor, enquanto “característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade” (Foucault, 2001: 14). Nesses conceitos, a noção de alteridade se articula como prerrogativa para a existência desse sujeito – na dialética entre a singularidade e alteridade da sua existência, manifestada na escrita, na sua relação e percepção com outras entidades textuais e nas posições que esse sujeito assume na prática como autor.

No caso específico da prática jornalística, a disciplina do campo e os interesses da organização, se sobrepõem em diferentes graus à figura do criador individual, à medida que o jornalismo é uma atividade de natureza humana e social, mediado pela subjetividade de cada um de seus sujeitos-produtores e resultado do trabalho coletivo de vários sujeitos-enunciadores (Pedroso, 2003: 17). Assim, em seus diferentes usos ao longo da história das mídias, a assinatura ou o seu oposto, a invisibilidade do autor, são constituídos por um fluxo de fala historicamente determinado e não-individualizado que pode apontar tanto para a responsabilidade legal do veículo como manifestar que foi um indivíduo de reputação e valores particulares que escreveu a notícia (Shudson, 2010; Barnhurst e Nerone, 2001).

Os estudos anglo-saxões reduzem a assinatura à forma em que se apresenta em uma linha, denominada *byline*, que precede o lead. No século passado, a autoria jornalística foi estudada por Schudson (1978) e Ogan et al. (1975), que verificaram que o jornal norte-americano *The New York Times* deu crédito com maior intensidade na primeira página aos seus jornalistas nos anos 1920 e 1930. Reich constatou a evolução da autoria nas páginas internas do NYT e no *The Times* de Londres em um processo

de quatro fases: 1) ausência, quando as matérias eram atribuídas a uma voz anônima de autoridade; 2) presença compartilhada, quando a assinatura era parte das metas organizacionais; 3) presença relativa, quando o crédito era concedido de maneira seletiva; e 4) presença massiva, quando houve perda de controle sobre o crédito seletivo devido à pressão do jornalista por fama.

Como a mecânica da autoria encontra pouca ressonância nos estudos de jornalismo no Brasil, nossa tentativa de compreender a invisibilidade autoral, combina pesquisa bibliográfica conceitual, para proporcionar um enquadramento teórico ao fenômeno, e análise do discurso de um jornal de Teresina, capital do Estado do Piauí, no Nordeste brasileiro. O estudo de caso que se delinea nas próximas linhas se dedica à autoria falsa (*fake byline*), o pseudônimo, como uma das arestas da autoria jornalística.

Trata-se de um episódio restrito, situado em uma estreita faixa de tempo em que alguns exemplos evidenciam um rico jogo discursivo de ocultação e revelação do jornalista que se vale do pseudônimo em circunstâncias que não foram totalmente esclarecidas na época. Tal análise explora em minúcia os jornais em suas condições históricas de produção. As operações de análise, no nível discursivo, desdobram os enunciados e as relações enunciativas que se formulam no interior do conjunto de discursos que podem oferecer pistas ricas e interessantes, apesar de restritas a um caso, para os estudos voltados ao fenômeno.

O pseudônimo, segundo Reich (2010: 715) foi usado na imprensa norte-americana e inglesa, quando o jornalista pretendia se proteger de retaliações ou por razões políticas. A identidade falsa foi adotada na imprensa brasileira desde o período em que a presença de literatos na produção jornalística era significativa. Aparecida Maria Nunes (2010) refere-se aos escritores do final do século XIX e início do século XX que, na busca de “êxito social” através da função pública, preferiram fazer uma separação da vida civil do mundo das letras, um antagonismo entre atividade literária e ofício público, que só arrefeceu quando o jornalismo se consolidou no Brasil, com melhores condições de trabalho para os intelectuais.

Brito Broca (1992 apud Nunes, 2010: 70) diferencia o grupo de escritores brasileiros entre aqueles pertencentes à geração naturalista parnasiana dos escritores românticos. Para estes, o êxito social por meio da função pública era mais importante, de maneira que o uso do anonimato ou do pseudônimo foi um subterfúgio para manterem oculta sua verdadeira identidade no trabalho literário e no jor-

nalístico. Já os escritores naturalistas e parnasianos aspiravam vencer nas letras e, para tanto, consideraram a imprensa um meio importante de veiculação de suas ideias e reconhecimento público, mas não deixaram de adotar o pseudônimo. Olavo Bilac, Machado de Assis, Manuel Antônio Bandeira, José de Alencar foram escritores que assinaram textos na imprensa com nomes fictícios, com a justificativa de que a exigência de um texto bem escrito, sem imperfeições e incoerência, era incompatível com a rotina de trabalho no jornalismo, cuja demanda por matérias escritas para serem publicadas nos diferentes órgãos era alta.

Maria Aparecida Nunes (2010) destaca, também, o pseudônimo como alternativa dos escritores que pretendiam resguardar a verdadeira autoria, sobretudo, nos textos em que o palavreado era carregado de insulto, calúnia e injúria. Com a imprensa já consolidada no século XIX, a prática usual do pseudônimo era associada à ideia de liberdade de imprensa e à possibilidade de debate das questões políticas partidárias que esta possibilita nos jornais.

No século XX, mesmo depois da incorporação da primeira Lei de Imprensa brasileira, promulgada em 31 de outubro de 1923, que proibia o uso do pseudônimo, a prática continuou em alguns jornais. Na interface com a criação literária, Paulo Barreto ocultou-se sob mais de dez pseudônimos para apontar as peculiaridades do seu trabalho como repórter: o andarilho, o perambulador de ruelas ou o dândi dos salões. Como João do Rio, marcou o início da reportagem brasileira e de uma categoria profissional, o repórter, “misto de impossibilidade e sensibilidade” (apud Medina, 1978: 63). Nelson Rodrigues criou dois pseudônimos femininos para publicar seus folhetins nos jornais. Suzana Flag, filha de canadense e francesa, se aventurou pelo gênero melodramático. Em 1949 nasceu Myrna, a “Alma Irmã” que tinha uma coluna de (desa)conselhos amorosos em que respondia perguntas de leitoras desiludidas. Os 43 textos publicados na coluna Myrna Escreve, no *Diário da Noite*, foram reunidos em 2002 no livro *Não se pode amar e ser feliz ao mesmo tempo* (Companhia das Letras). Clarice Lispector delegou a responsabilidade das crônicas publicadas no jornal ao pseudônimo Teresa Quadros.

Nas décadas de 1950 e 1960 é significativo o número de matérias publicadas pelos órgãos de imprensa de Teresina assinadas com pseudônimos. Um destes órgãos é o jornal *O Dia*, fundado em fevereiro de 1951. Em *O Dia*, os pseudônimos eram invenções do fundador e diretor Raimundo Leão Monteiro, e tinham duas funções. Presume-se que a primeira delas, na linha exposta por Reich, era diretamente relacionada com as contendas político-partidárias

em que o jornal se envolvia com as “malquerenças alheias”. A segunda função alçou o pseudônimo à ferramenta estratégica de conquista do leitorado, com enquetes para descobrir a identidade que oculta. Neste cenário, o veto legal ao anonimato não constrangia os jornalistas que relatavam as represálias sofridas como dificuldades de um ofício ainda pouco regulado, que se desenvolvia na prática. No mesmo espaço que inventariavam “a realidade diária”, os jornalistas, ocultos igualmente por pseudônimos, fizeram circular princípios, regras e procedimentos do jornalismo.

O JORNAL E SEUS JORNALISTAS

O jornal *O Dia* teve a sua primeira edição impressa no dia 01 de fevereiro de 1951. Publicado em tamanho tabloide, inicialmente o jornal era um matutino dominical, composto por quatro, seis ou até oito páginas. Mais tarde, passou a circular nas quintas-feiras e aos domingos e possuía dez ou doze páginas onde eram publicadas notícias, artigos, crônicas, coluna social, cartas do leitor, matérias pagas e publicidade. Quase sempre o jornal elegia a vida político-partidária e as ações dos políticos como acontecimento. A vida política e as desavenças entre as duas maiores agremiações políticas do Piauí (PSD e UDN) foram matéria-prima de suas colunas.

Órgão Independente, Político e Noticioso, *O Dia* estampava as palavras de ordem que resumiam a linha editorial na primeira e na última página. Desde a primeira edição, o termo *independente* fazia alusão à independência financeira em relação aos partidos políticos, que o diferenciava de outros jornais que circulavam em Teresina no mesmo período. O jornal era mantido com venda avulsa e publicidade.

Com pretensão de fazer jornalismo apartidário, o jornal invocava os critérios de imparcialidade e objetividade que seguia no noticiário. No jornal *O Dia*, “registra[va-se] o fato e comentários com imparcialidade habitual, normas traçadas para todas as seções” (11 jan. 1953, *O Dia*, Teresina, ano II, nº102). Para reforçar o propósito, o jornal salientava a importância do seu papel no desenvolvimento de uma imprensa veiculadora da verdade, comprometida com a posição de “órgão pioneiro da imprensa independente”, aspecto que o diferenciou dos demais jornais de Teresina da década de 1950. Na prática, porém, os redatores não separavam as informações de suas opiniões pessoais.

Escrever de forma objetiva era um ideal na década de 1950, que repercutia em *O Dia* numa ideia particular de *objetividade*, limitada ao entendimento de relatar a verdade dos fatos, sem que, muitas vezes,

fosse suprimida a carga opinativa na apresentação dos acontecimentos. Nem mesmo essa *objetividade* particular se refletia na prática adotada pelos jornalistas que acompanhavam o ideário dos partidos UDN e PSD, com os quais as empresas e/ou os próprios jornalistas, estavam comprometidos. Os jornalistas de *O Dia* se consideravam orientadores da opinião pública e se diziam criteriosos na defesa e na censura ao governo, como também aos homens públicos em geral, pois “todo jornal político muito apaixonado transforma-se em panfleto ou pasquim” (Silva Cunha e. Grupismo, 22 jul. 1951, *O Dia*, Teresina, ano I, nº25, p. 2). Com base neste discurso, eram enumerados os deveres do bom profissional. O jornalista deveria “vencer a resistência interna que lhe opõem os amigos, os próprios interesses econômicos, a linha jornalística do órgão em que escreve [...]”.

A rotina de trabalho era uma “batalha diária” em que se multiplicavam as dificuldades do “pobre jornalista” que tanto cede e se curva, para fazer o quê? A questão foi apresentada por um articulista que assinava com o pseudônimo Iapocuí. Desde o título da matéria, ele duvidava que a resposta à indagação fosse “oposição construtiva”, que exigiria dele “verdadeiras acrobacias mentais” para não atingir os interesses dos “clãs locais”:

Oposição Construtiva? Iapocuí

Não desejamos insistir sobre *o predomínio que a imprensa, boa ou má, exerce na formação da opinião pública*. Neste rápido comentário pretendemos, apenas, focalizar, através das lentes piauienses, alguns ângulos nos quais o jornalista figura no primeiro plano.

Poucos, fora dos que militam na Imprensa, têm uma noção exata da batalha sustentada pelo jornalista. Afora o trabalho intelectual que, além dos troços comuns a esta atividade, requer, do jornalista, uma sintonização permanente e funcional com a realidade diária, deve, êle, vencer a resistência interna que lhe opõem os amigos, os próprios interesses econômicos, a linha jornalística do órgão em que escreve... Se é local, o assunto que deseja abordar, quase sempre são atingidos os interesses do – Clã familiar ou político, exigindo dêle, *verdadeiras acrobacias mentais antes de ser exposto aos leitores*. Se o tema é de caráter político e fere o mandonismo local, *multiplicam-se as dificuldades do pobre jornalista* que, dispondo de informes mais precisos e possuindo melhor visão de conjunto, meramente deseja servir aos seus leitores.

*É difícil e ingrata a tarefa do jornalista! Por isto que tanto cedem e se curvam! [grifo meu] (Iapocuí, 19 abr. 1953, “Oposição construtiva?”, *O Dia*, ano III, Teresina, nº116, p. 1)*

Na década de 1950, a questão em torno do papel dos profissionais de imprensa se acentuou, sobretudo depois da criação da Associação Profissional dos Jornalistas do Piauí (APJP). De acordo com o jornalista Cunha e Silva, em 1952, já existia uma “[...] plêiade de jornalistas em inteira comunhão de sentimentos e aspirações [...]” (Silva C. e, 24 fev. 1952, “A nossa imprensa”, *O Dia*, Teresina, p. 2) e um sentimento de classe entre os profissionais do jornalismo que desfrutavam de certo prestígio no meio social e político do Piauí. A crítica em torno das práticas jornalísticas centrava-se na conduta do redator em negar a profissão por agir com incoerência entre o que dizia, pensava e escrevia.

O jornalista Cunha e Silva (Op. cit., 1952) avalia que, na década de 1950, no Piauí, já existia um grupo de “jornalistas de elite”. Entretanto, a redação do jornal *O Dia*, assim como os demais órgãos de imprensa existentes em Teresina no mesmo período, era ocupada por profissionais sem formação em jornalismo¹. Pode-se observar que desde a instalação das primeiras tipografias em solo piauiense, no século XIX, a função de jornalista foi ocupada por militantes políticos (Rêgo, 2001). O seletivo grupo que praticava o jornalismo pertencia aos grupos familiares de condição socioeconômica privilegiada e que detinham o poder político a partir da formação de *redes familiares*, estratégia utilizada pela elite colonial e imperial para se manter no poder através dos casamentos e da concentração de terra (Brandão, 1995).

Políticos, literatos, poetas, intelectuais, bacharéis, professores e estudantes secundaristas continuavam escrevendo as notícias que foram publicadas nos jornais editados nas décadas de 1950 e 1960, em Teresina. A profissão do jornalista só foi regulamentada no Piauí, no início da década de 1930, com o surgimento da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e, no Piauí, da Associação Piauiense de Imprensa (API), em 1934. Vindo a aparecer o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Piauí apenas nos anos 1950. Todavia, Anísio Brito (apud Pinheiro Filho, 1997) se arrisca em afirmar que, até a primeira década do século XX, o jornalismo no Piauí, não teria feito profissionais. A assertiva levantada por Anísio Brito decorre da própria inconstância dos jornais piauienses, de surgirem e desaparecerem segundo os interesses dos grupos políticos mantenedores do órgão de imprensa.

Pode-se assegurar que os primeiros profissionais do jornalismo no Piauí, o fizeram de modo experimental. O aprendizado na rotina diária da redação foi incorporado às páginas do jornal onde seguidamente os jornalistas escreviam sobre a função “precípua da imprensa livre” e sobre o saber jornalístico que ganhava autonomia.

Na edição de 07 de junho de 1953, um dos colaboradores do jornal refletiu sobre as dimensões do jornalismo. Pena e imprensa livre era uma relação necessária ao esclarecimento das multidões, cuja ignorância “permite a sobrevivência de governichos prepotentes e inoperantes, e de representantes incapazes e absorventes, eleitos por uma maioria de votantes inadvertida e mistificada”. O que Kant ([1784], 2008: 12) atribuía aos “eruditos”, no exercício de sua função pública, Claudius espera do jornalista.

Ratificando trincheiras Claudius

Quem escreve para o povo deve ser claro e honesto, na emissão de conceitos sobre fatos e pessoas, como, por outro lado, deve utilizar-se, tanto quanto possível, de uma linguagem comedida e serena, que é, em suma, preceito da mesma honestidade. Todavia, não se procure confundir com excessos condenáveis, gerados de ódios incontidos ou de paixões turbulentas, incompatível com a razão, aquilo que é, apenas, calor da repulsa e veemência de expressões, *no apontar vícios e viciosos à condenação pública.*

Se, para bem ressaltar a verdade, *é legítimo carregar nas côres da mentira e ferretear a frente do mentiroso jornalista sente-se obrigado, não raro, a transformar a pena em lanceta e calcá-la forte nas mazelas de politiquinhos tartufos e filauciosos*, na convicção de que não há castigo moral que supere os delitos contra a coisa pública, os atentados contra os direitos, a liberdade e a boa fé do povo. *Até porque o silêncio*, mantido diante do crime, dá visão de participação do mesmo, e a convicção, que se tenha com os maus, *inquina de insinceridade qualquer espécie de elogio que se teça aos bons.* Sem ânimo para condenar, tudo se poderá fazer na vida, menos justiça.

Numa democracia incipiente como a nossa, ainda com tendências ou laivos do absolutismo, a função precípua da imprensa livre é esclarecer o povo, certo, como é, que só a ignorância de multidões permite a sobrevivência de governichos prepotentes e inoperantes,

e de representantes incapazes e absorventes, eleitos por uma maioria de votantes inadvertida e mistificada, senão mesmo subornada à falta de esclarecimento. *E ao jornalista que milita nesta imprensa, impõe-se coragem para pisar os espinhos da profissão, reclamando providências descuidadas, causticando descôco [sic.] e despotismo de governantes ou desmascarando oportunistas de poder, sempre a serviço, enfim, da coletividade*, quando lhe seria mais cômodo, se o movesse o interesse próprio, agradar aos poderosos do dia, *incensando-lhe a vaidade ou simplesmente silenciando os seus embustes e falcatruas.* De certo que serão muitos os tropeços para poucas compensações dessa atitude corajosa e, nos tempos que correm, *contam-se pelos dedos da mão, os que preferem o sacrifício de uma luta incerta às delícias de uma vida fácil*, que, para eles, custaria apenas algumas curvaturas na espinha ou um pouco mais de sabujice.

Os maus políticos, com o seu cortejo de parentela e apaniguados, são como as ervas daninhas, que se alastram no terreno sem amanhã, impedindo a vegetação de árvores robustas e frondosas. *E a imprensa independente, propagando idéias sãs e criticando com desassombro, age tal a enxada e o facão na limpeza da terra, extirpando pelas raízes, os cardos e mata-pastos para vingar a boa semeadura.* Não se acoime, pois de intuítos demagogos, ao jornalista quando usa de frases candentes, brotadas da revolta íntima que lhe desperta o defrontar-se com o embuste e o embusteiro, a impudência e o impudente, o ludíbrio e o ludibriador, a desonestidade e o desonesto. [...]

Dentro, nessa norma de apreciação dos homens e dos fatos públicos de nossos dias, em que nos situamos, continuaremos aqui, *das colunas desse órgão pioneiro da imprensa independente de nossa terra, a causticar erros e deslises dos responsáveis pelo bem público*, a rasgar o embuço dos embuçados e a desnudar os farsantes da política, para que o povo conhecer e esmagar na ocasião oportuna, com o guante de seu voto livre. [grifo meu] (Claudius, 7 jun. 1953, “Ratificando trincheiras”, *O Dia*. Teresina, ano III, nº123, pp. 1; 10)

No mesmo texto, Claudius defende a honestidade do jornalista no exercício da profissão e na construção da notícia. Ratificando as diferenças entre as instituições jornalísticas existentes em Teresina, no mesmo período, o articulista d’*O Dia* defende que

na imprensa livre e independente dos partidos políticos, o jornalista tem a obrigação de ser objetivo para denunciar os erros e deslizes dos responsáveis pelo bem público e agir a serviço da coletividade.

Apesar de Claudius expor argumentos que considera importantes para a prática jornalística, não há nenhuma referência concreta à prática do pseudônimo pelos jornalistas de Teresina como uma estratégia de invisibilidade. A questão em torno da autoria e da responsabilidade pelo conteúdo publicado em um texto por aquele que assina uma matéria no jornal, não foi contemplada no discurso jornalístico da época, assim como em muitas outras matérias do jornal *O Dia* de 1950 e 1960 que foram analisadas. Embora a ênfase do dever do jornalista no exercício da liberdade de imprensa e da democracia apareça desvinculada do direito de anonimato, que já era proibido por lei, pode-se inferir que houve uma preocupação do jornalista, e do proprietário do jornal *O Dia*, em se protegerem com um nome falso,stituindo de si o ônus da responsabilidade do texto.

Sem que fosse questionada a ilegitimidade de se usar pseudônimo no jornal nos anos 1950, a opinião era associada à livre manifestação de pensamento, principalmente, quando os jornalistas se propunham a analisar o fato político piauiense. Como as críticas em torno da ação dos chefes do executivo estadual e municipal eram feitas de forma explícita, o pseudônimo nestas matérias pode ter sido uma estratégia adotada pelo proprietário do *O Dia* e “aceita” pelos jornalistas a fim de protegerem o órgão e seus redatores das possíveis consequências jurídicas da difusão do texto. No jornal *O Dia*, o emprego do pseudônimo, foi uma invenção do seu proprietário Raimundo Leão Monteiro, apelidado de Mundico Santídio.

INVENÇÕES DE MUNDICO

No jornal *O Dia* o uso do pseudônimo teve início em 1952. A maioria das matérias assinadas com pseudônimo discorriam sobre o fato político piauiense e a prática jornalística do período. Nesse momento, no Brasil, há registros de uma imprensa popular associada a nomes de políticos, que constitui, simultaneamente, um jornalismo francamente político (Rangel, 2006: 2). No caso do jornal *O Dia* de Teresina, a política era o principal tema de suas matérias, repletas de opinião e juízos de valor, e que indicavam o posicionamento do dono do jornal, posto que os artigos entregues pelos colaboradores e jornalistas ao proprietário do órgão, eram publicados na íntegra. Arimatéia Tito Filho, que escrevia para o jornal, comenta que a produção que ele entregava sem assinatura era publicada com “nomes

esquisitos”, inventados pelo diretor e proprietário do jornal Raimundo Leão Monteiro, o Mundico Santídio.

Dele participamos na qualidade de colaborador, da mesma forma que Pedro Conde, Valdemar Sandes, Olímpio Costa e outros, cada qual no seu devido tempo. Mundico Santídio publicava os artigos com pseudônimo. A gente fornecia os comentários sem assinatura, mas circulavam com nomes esquisitos (Desidério Quaresma), alatinados (Petrus Mauricius), à moda russa (Edgaroff) e de maneiras outras da invenção de Mundico. (Tito Filho, 1990).

Além destes, *Barão das Pubas*, *Iapocuí*, *H. Firmeza*, *Claudius*, *Januário Barrense do Papôco*, *Rajá-Mi*, *H. Firmeza* etc. foram pseudônimos encontrados nos textos jornalísticos. O artífice da estratégia mantinha boas relações políticas com os correligionários dos diferentes partidos, assim como desfrutava de prestígio e poder de mando no Piauí. Destarte, a invisibilidade assumida pelos jornalistas d'*O Dia*, parece ter atendido mais aos interesses ou à imposição do proprietário e diretor do jornal Raimundo Leão Monteiro do que a tão propalada proposta editorial diferenciada. Monteiro recebia os artigos feitos pelos colaboradores, não cortava uma linha dos escritos e nunca impediu que poupássemos as figuras governamentais, mesmo daqueles que lhe forneciam publicidade. Entretanto, “costumava dizer: artigo assinado, assinado está, logo...” (Tito Filho, 1990).

O motivo pelo qual o diretor de *O Dia* decidiu publicar os textos com pseudônimos nunca foi esclarecido. Entretanto, ao nominar o autor de uma matéria com um pseudônimo, era ele quem passava a responder pelas futuras contestações e queixas. As edições publicadas na década de 1950 e na década seguinte evidenciam que o pseudônimo foi associado à posição partidária dos intelectuais de formação acadêmica, que faziam uso da imprensa local para estabelecerem verdades e conceitos, afinados com os critérios de regularidade do lugar institucional de onde falavam.

Na matéria “Meu nome”, publicada na edição de 18 de janeiro de 1953, o jornalista que se assina Desidério Quaresma descreve a perseguição judiciária que sofreu atribuindo-a mais a preconceitos contra o seu pseudônimo do que ao rigor da lei e aos “leves comentários políticos” contra a atuação do prefeito de Teresina, à época, o udenista² João Mendes Olímpio de Melo. O pseudônimo, segundo Disidério, “bolou os nervos do prefeito e de alguns vereadores” e ele, Disidério Quaresma, acabou sendo mais perseguido do que outros jornalistas “com nomes mais pomposos”.

Meu nome Disidério Quaresma

Tenho para mim que a perseguição judiciária de que estou sendo vítima é menos pelos leves comentários políticos que venho publicando, do que pela ojeriza que causa o meu nome. Outros escribas de nomes mais pomposos, fazem ataques mais sérios e nada sofrem.

Sem dúvida meu nome é rebarbativo e tem me custado não poucas antipatias e embaraços na vida. Esclareço que ele proveio de meu padrinho de batismo, que se chamava Desidério, e do fato de eu ter nascido no décimo terceiro dia da Quaresma. Há muitos Desidérios no Piauí e os Quaresmas abundam na zona das Pubas de onde sou. Parece que a associação de dois nomes boliu com os nervos delicados do prefeito João Mendes e de alguns vereadores de cor política e racial misturadas. Seja como for, não estou resolvido a mudar de nome.

Afinal, que disse eu? Apenas que o prefeito da Primavera³ é jeitoso e alguns vereadores, ajeitáveis. Poderia ter dito mais e me expandido sobre o bôcanal da administração do município. O melhor é a gente dizer logo tudo de uma vez. É o que hoje vou tentar fazer. Desgraça pouco é liquinho. [...]. (Quaresma, D., 18 de janeiro de 1953, “Meu nome”, *O Dia*, Teresina, ano II, nº103, p. 1).

O anonimato era inconstitucional, mas nem esse dado real, nem o que vinha sendo anteriormente noticiado pelo jornal, e que poderia ter provocado críticas contra o prefeito, parece adequado à linguagem cifrada e irônica do comentarista. Disidério Quaresma aborda as “não poucas antipatias e embaraços na vida” que o pseudônimo estaria lhe causando. Sem mencionar os fatos que vinham sendo noticiados pelo jornal, qualifica as ações da prefeitura de “bacanal” sobre o qual “poderia ter dito mais” e deixa para o leitor uma questão intrigante a desvendar sobre o “jeitoso” prefeito da Primavera, ou sobre a intenção velada do articulista ao atribuir a alguns vereadores “cor política e racial misturadas”.

Os artigos atribuídos a pseudônimos, publicados em *O Dia*, geralmente tinham como alvo os representantes do executivo municipal e estadual e qualquer figura pública, desde que suas ações fossem consideradas irregulares ou danosas ao bem público. Em 1953, em uma série de textos, o jornal deu espaço para reclamações de leitores e de jornalistas contra esta prática. A queixa era de que o pseudônimo impedia que os “acusados” em determinada

matéria no jornal pudessem revidar, ou mesmo processar juridicamente, os autores que faziam ataques considerados injustos e pregavam calúnias, ferindo a honra e a dignidade de um determinado sujeito. Raimundo Leão Monteiro publica o seguinte telegrama em resposta a um leitor que questionou a prática do pseudônimo no jornal:

[...] Atendendo princípios verdadeira democracia este jornal publica artigos assinados mesmo contra seu Diretor desde que sejam linguagem elevada pt Publicarei seu telegrama independente pagamento pt Não posso quebrar sigilo jornal Responsáveis pseudônimos sômente Justiça pode exigir pt Prezado amigo pode também publicar artigos nosso jornal matéria paga com assinatura ou pseudônimo sua responsabilidade pt Atenciosamente Leão Monteiro

(Monteiro, L., 24 maio 1953, “Resposta”, *O Dia*, Teresina, ano III, nº121, p. 5)

Neste mesmo ano, o jornal *O Dia* foi processado por injúria. E, em 1963, o jornal se viu às voltas com a justiça em um episódio que ilumina o pseudônimo como instrumento do círculo das “malquerenças alheias”, envolvendo três personagens: um ilustrado médico de Teresina, Mundico Santídio e A. Tito Filho.

Movemos intensa campanha contra o governo Chagas Rodrigues (UDN-PTB). Jornalismo vibrante, higiênico, estilo elevado, críticas de bom gosto. O jornal teve tiragem dobrada. Edições esgotavam-se rapidamente. E recordamos o fato como circunstâncias de justiça [...]. Nosso caminho diário para o Liceu passava pela frente da residência de Raimundo Leão Monteiro, que, a esta altura, 1963, estava novamente dirigindo o jornal, encerrando o contrato com Chagas Rodrigues. Certo dia do mês de abril, [...] Mundico, na calçada de sua residência, chamou-nos. Fez-nos crer que a autoria dos artigos contra nós, publicados noutro jornal da terra, pertenciam a ilustrado médico de Teresina, contra quem nos pediu que escrevêssemos um artigalhão de críticas impiedosas. Encomenda feita, encomenda realizada. O escrito saiu com pseudônimo. Mas o digno médico interpelou Mundico Santídio por intermédio da Justiça e Mundico não quis guardar segredo de redação nem assumir responsabilidade. Resultado: fomos aos bancos dos réus. Praticamos a própria defesa, com critério e ponderação. Expusemos que a responsabilidade de artigos sem assinatura sempre coube a direção do jornal, mas não fu-

gimos ao critério moral de afirmar que éramos o autor material do artigo. Nosso acusador foi o saudoso amigo Celso Pinheiro Filho. Fomos absolvidos pela unanimidade dos jurados. Perdemos a amizade do médico, injustamente ofendido, e ainda hoje a consciência nos diz que obramos mal, escrevendo para satisfação de malquerenças alheias. Não ficamos agastados com Mundico Santídio. Dentro em nós, soubemos desculpá-lo. Ao menos reclamamos contra a sua atitude. Apenas nos afastamos do jornal. (Tito Filho, 1990)

Esse fragmento ajuda a inferir que o uso do pseudônimo em *O Dia* parece ter sido uma “invenção do Mundico” a fim de que seu jornal fosse o mais lido, tanto pelas acaloradas discussões de cunho político partidário que publicava; quanto pelo interesse dos leitores em descobrir quem eram os jornalistas que assinavam os artigos de fundo com nomes “esquisitos”, “alatinados” ou a “moda russa”, como definiu A. Tito Filho (1990).

PARTICIPAÇÃO POPULAR

Embora a primeira edição de *O Dia* tenha sido publicada em 1951, o uso de pseudônimo só iniciou no jornal a partir de agosto de 1952. No início, somente Petrus Maurícus era o nome fictício utilizado pelo jornal. Petrus Maurícus foi objeto da enquête promovida pelo jornal intitulada “Quem é Petrus Maurícus?”. Jornalistas, políticos, professores e o público leitor em geral foram convidados a sugerir nomes para o “misterioso jornalista”.

Quem é Petrus Maurícus?

Em virtude da grande conclusão que tem verificado, nesta capital, a respeito da identificação dos artigos publicados neste órgão de imprensa piauiense, resolvemos abrir enquête, entre os intelectuais e o público em geral, a fim de que, através de o seu julgamento, se revele a opinião comum a respeito do misterioso articulista.

Inicialmente, ouvimos o professor Valdemar Sandes, que rege cadeira de português em vários estabelecimentos secundários desta capital.

Eis a opinião do distinto intelectual:

- Pelos estudos de análise literária que consegui realizar, e pelos exames de estilo que, demoradamente levei a efeito, não tenho a menor dúvida de que todos os artigos, publicados neste jornal e assinados com o pseudônimo de

Petrus Maurícus, são de autoria do jornalista Fabrício de Arêa Leão.

Basta um ligeiro confronto entre os libelos dos artigos e os da vasta obra de Fabrício.

Senão vejamos:

“Rememoração Sentimental”, “O Príncipe da Vingança”, “O Homem do olhar sombrio”, “Poemas do meu amor cativo”, “O Grande republico, Diva, Diva! Vem cá meu amor!” etc. etc.

Ora, que, fizer um cotejo com os títulos acima e os que Petrus Maurícus tem publicado em o “Dia”, como “Consciências Mortas”, “A máscara e a face”, “O bobo da corte”, “O petróleo é nosso”, “Petras de chapa vermelha”, e outros, não poderá concluir de forma diferente.

Petrus Maurícus é todinho Fabrício. Fabrício no começo, Fabrício no meio e Fabrício no fim.

Opinião do professor A. Tito Filho, lente catedrático de Português do Colégio Estadual do Piauí e professor desta disciplina em diversos colégios da capital. Ei-la:

- Pelas clarezas das expressões, especial tática de escrita; pelo poder de argumentação e cerrado das ideias, não posso deixar de atribuir a autoria dos artigos ao dr. Adolfo Alencar.

Esta questão de Petrus Maurícus é mero des-pistamento [sic.], com que se procura lidar com os menos afeitos ao jornalismo. O homem é ele mesmo.

Opinião do jornalista Camal Cury:

- Se é verdade que o estilo é o homem, e o homem é o método, claro está, por a mais b, que o grande Petrus Maurícus somente pode ser o autor de “Rememoração Sentimental” – jornalista Fabrício de Arêa Leão.

Opinião do jornalista Lino Correa Lino, Diretor da Imprensa Oficial:

- Pelo modo de escrever, pela escrita cerrada e contundente, e algumas palestras particulares, atribuo a autoria dos artigos de Petrus Maurícus ao jornalista Valdemar Sandes.

Opinião do dr. Alarico Elias Hidd:

- Sinceramente, creio, com firmeza, que o autor é o dr. Cláudio Pacheco, meu prezado colega de advocacia.

O dep. Milton de Aguiar falou-nos da seguinte maneira:

- Petrus Maurícus não é, são dois: A. Tito Filho e Cláudio Pacheco.

O carrasco Celso Cunha disse-nos:

- Dada a convivência diária que mantenho com o professor Cunha e Silva, a ele e somente a ele atribuo a autoria dos artigos de Petrus Maurícus.

Certa vez li um artigo assinado por Cunha e Silva no “Jornal do Piauí”, citando Rousseau, Minutos depois, li Petrus com a mesma citação.

Neste dia, apostei e ganhei.

No próximo número daremos outras opiniões. Viva Petrus!!!

(11 jan 1953, “Quem é Petrus Maurícus?”, *O Dia*, Teresina, ano III, nº102, p. 3)

Depois de várias indicações, o jornalista Fabrício Arêa Leão, assumiu sem muitos rodeios a autoria das matérias jornalísticas assinadas com o pseudônimo de Petrus Maurícus para, em seguida, declinar mais dois jornalistas que também se ocultavam detrás do pseudônimo. “Sem sombra de dúvida, disse ele, A. Tito Filho é um dos Petrus Maurícus. Os dois outros, são respectivamente, Valdemar Sandes e eu.” O próprio A. Tito Filho, uma semana antes do desfecho da enquete, dando rendas à discussão, havia nomeado Adolfo Alencar como Petrus Maurícus.

Os participantes da enquete se fixaram no estilo característico da época em que ainda não havia um padrão de redação a ser seguido. Segundo Monique Benati Rangel (2006), na década de 1950, a falta de uma deontologia estabelecida para o jornalismo brasileiro corroborou para que os jornalistas relatassem os acontecimentos de acordo com sua visão de mundo, imprimindo em seus textos formas de comentar e redigir as notícias um estilo próprio.

No jornal *O Dia* de 1950 e 1960, os redatores tiveram certa liberdade para publicar seus textos, principalmente, quando atendiam ao pedido de texto por “encomenda” do proprietário, Monteiro, sobre os governantes do Piauí. Contudo, as enquetes parecem ter contribuído muito mais para simular uma autoria ou várias autorias como sistema de defesa, do que propriamente para estabelecer verdade em torno da autoria dos textos. Neste pensamento, Maria Aparecida Nunes (2010), entende que o uso do pseudônimo nos jornais não é só o ocultamento do verdadeiro nome do sujeito empírico da escrita, mas também um mascaramento evidente do autor

que se envolve num jogo de disfarce para simular a existência de outra pessoa, ou seja, “uma via de mão dupla: a mesma máscara que camufla chama a atenção para o que oculta” (Nunes, 2010: 74). Outro elemento apresentado na enquete como pista para creditar(em) nome(s) à autoria do texto é a linguagem “ferina e desrespeitosa” e os deboches como recursos adotado(s) pelo(s) jornalista(s) na redação.

Ainda em 1953, outros jornalistas passaram a assumir autoria de seus textos, abdicando do uso do pseudônimo. Um deles foi o jornalista e político Chrysippo de Aguiar. Na edição de 16 de agosto de 1953, é publicada a seguinte nota: “[...] os artigos publicados neste órgão sob o pseudônimo de *Claudius* [grifo do autor] serão agora sob a assinatura do autor.” (16 ago. 1953, “O que se diz”, *O Dia*, Teresina, ano III, nº133, p. 3). Mesmo sem explicitar o nome Chrysippo de Aguiar como o autor dos textos, desde então, o pseudônimo *Claudius* não mais apareceu nas edições publicadas pelo jornal *O Dia* e o jornalista passou a assinar seus artigos com seu nome próprio.

Apesar de alguns jornalistas passarem a assumir a autoria de suas matérias jornalísticas, a prática do pseudônimo não desapareceu do jornal *O Dia*. Petrus Maurícus, H. Firmeza, Rajá Mi, Desidério Quaresma, Edgaroff, Iapocuí, Califas, Bagdad, dentre outros, continuaram fazendo críticas aos atos governamentais.

CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Estratégia para se manter oculto no embate político-partidário, evitar retaliações e conquistar o leitorado, assim o pseudônimo se materializou no jornal *O Dia*. Numa pequena região discursiva, ocupada pelo fenômeno, foi possível avançar em relação ao que já havia sido verificado na imprensa norte-americana e inglesa no século XX, em que o pseudônimo foi usado quando o jornalista pretendia se proteger de retaliações ou por razões políticas (Reich, 2010: 715).

No jornal de Teresina foi possível esclarecer que os sujeitos foram coagidos a adotarem nomes inventados pelo dono do jornal. Mais concretamente, as ações dos agentes apontam para um jogo singular em que o modo de produção local potencializa a articulação do pseudônimo com a política, o mercado e o estilo dos intelectuais: 1) sob a invisibilidade, os jornalistas criticavam o poder público e os seus desafetos, coincidindo com os critérios de noticiabilidade do jornal *O Dia* e com as desavenças pessoais do dono do jornal; 2) o pseudônimo foi, simultaneamente, um elemento usado para construir uma di-

mensão pública para a identidade falsa. Durante a enquête realizada para desvendar quem estava por trás do pseudônimo de Petrus Maurícius, especialistas e leitores foram entrevistados, apontando nomes, analisando o estilo do sujeito oculto ou dando pistas falsas, como o fez A. Tito Filho, na mesma edição em que foi identificado como uma das identidades de Petrus Maurícius. Assim, em torno do pseudônimo foi construído um espaço inédito de trocas entre jornalistas e leitores que evidenciou a popularidade da estratégia; 3) os intelectuais piauienses imprimiram características ao pseudônimo que associaram jornalismo, retórica e filosofia. Da retórica tomaram de empréstimo as figuras de estilo, principalmente uma coleção de metáforas bélicas com as quais formularam argumentos contundentes e ferinos contra os políticos e a imprensa partidária. No âmbito de uma propedêutica jornalística fizeram do jornal uma tribuna para orientação prática aos jornalistas e para crítica do exercício profissional fora do controle disciplinar. Foram, assim, formuladores e guardiões de um saber com baixo grau de epistemologização que buscava a sua autonomia. O ideal jornalístico, sonhado igualmente por eles, foi inspirado nas lições do Iluminismo, com que pretendiam resgatar as múltiplas da ignorância.

Em várias situações os jornalistas de *O Dia* mencionam ações da justiça, mas no período estudado, estas não parecem ter sido graves o suficiente para desestimulá-los, com exceção de Tito Filho, que deixou o jornal após o episódio em que foi processado na justiça.

A pequena amostra a que nos dedicamos, certamente não decifra, mas contribui para problematizar a invisibilidade autoral, quer seja na rarefação em que se realiza no processo de produção jornalística, quer seja sob pseudônimo. Nos dois casos, o jornalista é um sujeito composto, identificado como uma “função-autor”, que recebe a forma de assinatura (*byline*). Mais concretamente, nas edições estudadas do jornal *O Dia*, o uso do pseudônimo (*fake byline*) dá suporte a um autor coagido. As ações que desenvolve apontam para um jogo singular em que um modo de produção local potencializa a estratégia que articula as relações entre invisibilidade, política, e mercado, combinadas com uma estilística própria da erudição. Nossos achados ratificam o quadro do pseudônimo traçado por Reich para a imprensa anglo-americana e acrescentam complexidade ao fenômeno.

NOTAS

¹ Até a segunda metade do século XX, os jornalistas diplomados na especialidade era uma “espécie rara”, como afirma Nelson Traquina (2005: 115). No Brasil, a profissão de jornalista só foi regulamentada em 17 de novembro de 1969, pelo Decreto-lei 972, que torna a atividade privativa aos bacharéis em jornalismo para atuarem na função de redatores, repórter, noticiarista, arquivista e revisor, tanto em jornais como em assessorias, rádio e TV (Lage, 1987: 58). No Piauí, por sua vez, o primeiro curso de Comunicação Social com habilitação em jornalismo foi implantado no ano de 1982, na Universidade Federal do Piauí, campus de Teresina. E mesmo com a formação dos primeiros bacharéis em jornalismo e sua entrada nas instituições jornalísticas já existentes; intelectuais, literatos, professores de diferentes áreas do conhecimento e políticos continuaram frequentando a sala de redação dos jornais.

² Indivíduo simpatizante ou filiado à União Democrática Nacional (UDN), partido político brasileiro de orientação conservadora, fundado em 1945 e extinto em 1965.

³ A expressão “prefeito da Primavera” refere-se à crítica feita pelo jornalista sobre os desvios de verbas destinadas à cidade de Teresina, porém, a verba pública era desviada para benfeitorias da propriedade rural do prefeito João Mendes Olímpio de Melo, conhecida como “Fazenda Primavera”. (Cf. *O Dia*, 1951)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bakhtin, M. M., 1992, *Estética da criação verbal*, São Paulo, Martins Fontes.
- Barnhurst, K. G., Nerone, J., 2001, *The Form of News. A History*, New York, The Guilford Press.
- Barthes, R., 1988, *O Rumor da Língua*, São Paulo, Editora Brasiliense.
- Brandão, T. M. P., 1995, *A elite colonial piauiense: família e poder*, Teresina, Fundação Cultural Monsenhor Chaves.
- Costa Filho, A., 2005, *A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889*, Teresina, Fundação Cultural Monsenhor Chaves.
- Dent, C., 2009, « Journalists are the confessors of the public says one Foucaultian », *Legal Studies Research Paper*, vol. 9, nº417, URL: <http://ssm.com/abstract=1443518>, acesso em 5 oct. 2012.
- Foucault, M., 1996, *A ordem do discurso*, São Paulo, Edições Loyola.
- Foucault, M., 2001, *Ditos e escritos: estética – literatura e pintura, música e cinema*, Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- Kant, I., 2008, « Resposta à pergunta: Que é o Iluminismo? », *A paz perpétua e outros opúsculos*, Lisboa, Edições 70, pp. 9-18.
- Marocco, B., 2011, « O saber que circula nas redações e os procedimentos de controle discursivo », *Jornalismo contemporâneo, Figurações, impasses e perspectivas*, Salvador, Edufba/Compós, pp. 295-315.
- Marocco, B., 2004, *Prostitutas, jogadores, pobres e vagabundos no discurso jornalístico*, São Leopoldo, Editora Unisinos.
- Medina, C., 1978, *Notícia: um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial*, São Paulo, Alfa Ômega.
- Nunes, A. M., 2010, « Clarice Lispector's Dissimulations », *Olho d'água*, vol. 2, nº2, São José do Rio Preto, pp. 65-77.
- Pinheiro Filho, C., 1996, *História da imprensa no Piauí*, Teresina, Zodíaco, 3ª ed.
- Queiroz, T. de J. M., 2006, *Do singular ao plural*, Recife, Edições Bagaço.
- Rangel, M. B., 2006, « Profissionalização Jornalística: Identidade, Anonimato e Autoridade », Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UnB, 6 a 9 de setembro de 2006.
- Rêgo, A. R. B. L., 2001, *Imprensa piauiense: atuação política no século XIX*, Teresina, Fundação Cultural Monsenhor Chaves.
- Reich, Z., « Constrained authors: Bylines and authorship in news reporting », *Journalism*, vol. 11, nº6, pp. 707-725.
- Scherer, M. E. G., 2009, « “Balas e sustos” na imprensa republicana da primeira hora – um estudo das liberdades e censuras observadas pelo jornalista Olavo Bilac », ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza.
- Schudson, M., 2010, *Descobrimos a notícia. Uma história social dos jornais nos Estados Unidos*, Petrópolis, Vozes.
- Sousa, J. P., 2008, « Pesquisa e reflexão sobre o jornalismo até 1950: institucionalização do jornalismo como campo de conhecimento e campo científico », URL: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-pesquisa-e-reflexao-sobre-jornalismo-1950.pdf>, acesso em 16 jul. 2013.
- Tito Filho, A., « O Dia: história e fatos de um tempo », *O Dia*, Teresina, 1 fev. 1990.



Po. Este estudo relaciona autoria jornalística e invisibilidade autoral tendo como ponto de inflexão o pseudônimo. Como a figura da autoria encontra pouca ressonância nos estudos de jornalismo no Brasil, a tentativa de compreender uma de suas arestas combina pesquisa bibliográfica conceitual e análise do discurso de um jornal de Teresina, capital do Estado do Piauí, situado no Nordeste brasileiro, na década de 1950. Ao contrário dos estudos longitudinais que foram feitos em jornais dos Estados Unidos e da Inglaterra sobre autoria (*byline*), nos interessa explorar em perspectiva histórica um pequeno *corpus* de documentos sobre a mecânica de poder que subjaz à ocultação da identidade. Em que condições de possibilidade o jornalista se oculta atrás do pseudônimo? Nas edições estudadas do jornal *O Dia*, o uso do pseudônimo (*fake byline*) dá suporte a um autor coagido que participa de um jogo singular em que o modo de produção local potencializa a estratégia que articula os interesses da empresa, a política e o público a uma estilística própria da erudição. Sob a invisibilidade, os jornalistas, geralmente intelectuais, criticaram o poder público e os seus desafetos, construíram um espaço inédito de trocas com os leitores e imprimiram ao texto características que associaram jornalismo, retórica e filosofia. No âmbito de uma propedêutica jornalística, o pseudônimo foi usado ainda no esquema de orientação para a boa prática e nas críticas do exercício profissional fora do controle disciplinar. O ideal jornalístico, sonhado igualmente por estes jornalistas, foi inspirado nas lições do Iluminismo, com que pretendiam resgatar as multidões da ignorância. Nesta pequena região discursiva, ocupada pelo fenômeno, foi possível, portanto, avançar em relação ao que já havia sido verificado na imprensa norte-americana e inglesa no século XX, em que o pseudônimo foi usado quando o jornalista pretendia se proteger de retaliações ou por razões políticas.

Palavras-chave: invisibilidade autoral, autoria jornalística, *O Dia*, pseudônimo, história.

En. This study examines journalistic authorship and authorial invisibility from the perspective of pseudonym use. As the question of authorship is rare in journalism studies in Brazil, the attempt to understand this phenomenon combines conceptual bibliographical research with an analysis of the discourses printed in a newspaper from Teresina (capital of the state of Piauí located in northeastern Brazil) in the 1950s. Unlike longitudinal studies on newspaper authorship (the *byline*) in the United States and England, our interests lie in exploring the historical perspective of a small corpus of documents in order to study the mechanics of power that underlie the concealment of identity. What conditions incite journalists to hide behind a pseudonym? In the regional editions of the *O Dia* newspaper, the use of the pseudonym (*fake byline*) permitted a constrained author to participate in a unique game in which the modality of production favoured a strategy that put forth the interests of business, public policy, and the public in its own stylistic expression. Behind a cloak of invisibility, journalists (generally intellectuals) often criticized their adversaries and government. They also created an innovative space in which to exchange with readers, and added to their writing elements linking journalism, rhetoric, and philosophy. Within the framework of a journalistic propaedeutics, the pseudonym also served as a vehicle to promote good practices and critique professional form, outside disciplinary control. The journalistic ideal dreamed of by these journalists was inspired by the lessons of the Enlightenment: extirpate the ignorance afflicting the masses. In this small discursive region taken up by the phenomenon, it was therefore possible to move beyond what had been the case in the American and English press in the twentieth century where the pseudonym was used for political reasons, or when journalists sought to protect themselves from reprisal.

Keywords : authorial invisibility, journalistic authorship, *O Dia*, pseudonym, history.

Fr. Cette étude met en relation la paternité journalistique et l'invisibilité du droit d'auteur sous la perspective de l'utilisation du pseudonyme. Parce que la question de la paternité est assez rare dans les études sur le journalisme au Brésil, la tentative de comprendre cet aspect associe une recherche bibliographique conceptuelle et une analyse de discours d'un journal de Teresina, capitale de l'État du Piauí, situé dans le Nordeste brésilien, au cours des années 1950. Contrairement aux études longitudinales qui ont été faites sur des journaux aux États-Unis et en Angleterre (*byline*), nous explorons un petit *corpus* de documents afin d'étudier la mécanique du pouvoir qui sous-tend l'occultation de l'identité. Quelles sont les conditions qui poussent le journaliste à disparaître derrière un pseudonyme ? Dans les éditions régionales du journal *O Dia*, l'usage du pseudonyme (*fake byline*) permet à un auteur sous contrainte de participer à un jeu singulier dans lequel le mode de production favorise une stratégie qui articule les intérêts de l'entreprise, la politique et le public autour d'une stylistique propre à l'érudition. Sous couvert d'invisibilité, les journalistes, généralement intellectuels, ont critiqué leurs adversaires et le pouvoir politique. Ils ont également construit un espace inédit d'échanges avec les lecteurs et ajouté à l'écriture des caractéristiques associant journalisme, rhétorique et philosophie. Dans le cadre d'une propédeutique journalistique, le pseudonyme a également été utilisé afin d'orienter les bonnes pratiques et de critiquer l'exercice professionnel en dehors du contrôle disciplinaire. L'idéal journalistique dont rêvaient ces journalistes s'inspira des leçons de l'Illuminisme grâce auxquelles ils souhaitaient extraire les masses de leur ignorance. Au sein de cette petite zone discursive occupée par le phénomène, il a donc été possible d'évoluer par rapport à ce qui avait été vérifié dans les presses américaine et anglaise du XXe siècle, au sein desquelles le pseudonyme était employé pour des raisons politiques ou lorsque le journaliste cherchait à se protéger des représailles.

Mots-clés : invisibilité du droit d'auteur, paternité journalistique, *O Dia*, pseudonyme, histoire.

